

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	23

PARTE I

Os elementos tipificadores do contrato de agência, sua natureza jurídica e a distinção com os contratos afins

1. OS ELEMENTOS TIPIFICADORES DO CONTRATO DE AGÊNCIA	37
1.1 A existência de uma pessoa: os figurantes do contrato de agência e a não obrigatoriedade de serem eles empresários ou sociedades empresariais	37
1.2 A atividade exercida em caráter não eventual.....	49
1.3 Zona determinada	51
1.3.1 A exclusividade	53
1.4 Atos praticados à conta de outrem.....	61
1.4.1 Alcance da expressão “à conta de outrem”: distinção de “em nome de outrem”	61
1.4.2 O parágrafo único do art. 710 do CC/2002: a outorga de poderes de representação pelo agenciado para o agente atuar à sua conta e em seu nome	63
1.4.2.1 A manutenção do contrato de agência quando da outorga de poderes e o caráter secundário da obrigação de con- cluir negócios.....	64
1.4.2.2 Dos limites objetivos da outorga de poder para que sejam concluídos negócios em nome do agenciado.....	67

1.4.2.3	O agente atuando em juízo ao agenciado e recebendo reclamações atinentes aos negócios promovidos junto aos clientes: análise do art. 30 da Lei 4.886/1965	68
1.4.2.4	O agente falso procurador: teoria da aparência	71
2.	A NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO DE AGÊNCIA E SUA DISTINÇÃO DOS CONTRATOS AFINS.....	77
2.1	A natureza jurídica do contrato de agência: de duração, de confiança e de gestão de interesses alheios	77
2.2	O contrato de agência e sua distinção com os contratos afins.....	86

PARTE II

Dos deveres do agente e do agenciado

1.	A RELAÇÃO JURÍDICA COMO UMA ESTRUTURA COMPLEXA E DINÂMICA E O PAPEL DA BOA-FÉ OBJETIVA	103
2.	OS DEVERES DO AGENTE	109
2.1	Dever jurídico principal do agente: promover a realização de negócios	109
2.1.1	A natureza dos atos de promoção praticados pelo agente.....	117
2.1.2	O que se há de entender por “realização de certos negócios”?.....	119
2.1.2.1	A determinação do negócio jurídico a ser promovido pelo agente.....	120
2.1.2.2	A obrigação principal do agente é de meio ou de resultado?.....	124
2.2	Deveres secundários.....	126
2.2.1	O dever de diligência: o padrão objetivo de conduta do agente.....	128
2.2.2	O dever de obedecer às instruções do agenciado.....	130
2.2.2.1	A natureza jurídica das instruções do agenciado e a sua importância para o adimplemento perfeito das obrigações do agente.....	131
2.2.2.2	As instruções e a relativização da autonomia do agente ..	135
2.3	Deveres laterais: o dever de informar.....	138
3.	OS DEVERES DO AGENCIADO	151
3.1	O dever principal do agenciado: a remuneração a ser paga ao agente....	151

3.1.1 A remuneração pelo cumprimento do dever jurídico principal do agente: comissão	152
3.1.1.1 O surgimento do direito à comissão e as modalidades de constituição desse direito.....	157
3.1.1.2 Da proteção à legítima expectativa do agente ao advento do direito à remuneração	163
3.1.1.3 Da proteção do direito à comissão em razão de causa imputada ao agenciado.....	169
3.1.1.4 Do surgimento da pretensão à comissão.....	173
3.1.2 O dever de reembolso dos gastos extraordinários, o dever ao adimplemento da remuneração por cumprimento de deveres acessórios e a gratificação por metas alcançadas.....	175
3.2 Deveres secundários.....	177
3.3 Deveres laterais	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181